



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

Processo nº	19647.009913/2004-56
Recurso nº	Voluntário
Acórdão nº	3401-003.029 – 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de	25 de janeiro de 2016
Matéria	COFINS
Recorrente	CIMENTOS SERGIPE SA - CIMESA (INCORPORADA POR VOTORANTIM CIMENTOS N/NE SA)
Recorrida	FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

Período de apuração: 01/02/1999 a 31/03/1999

Ementa:

COMPENSAÇÃO. CRÉDITOS DE COFINS. DETERMINAÇÃO JUDICIAL. APURAÇÃO. IMPLEMENTAÇÃO.

Tendo o órgão de origem implementado os cálculos dos valores da COFINS passíveis de compensação com estrita obediência às determinações judiciais, não pode a autoridade julgadora reformulá-los.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade, negar provimento ao recurso voluntário.

Robson José Bayerl - Presidente.

Eloy Eros da Silva Nogueira - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros: Robson José Bayerl (Presidente), Rosaldo Trevisan, Augusto Fiel Jorge d'Oliveira, Eloy Eros da Silva Nogueira, Waltamir Barreiros, Fenelon Moscoso de Almeida, Elias Fernandes Eufrásio, Leonardo Ogassawara de Araújo Branco.

Relatório

Este processo cuida de pedidos de compensação feitas através de PER/D COMPs transmitidas em que o contribuinte alega que o seu direito creditório é oriundo da ação judicial nº 99.0004873-3, referente aos pagamentos da COFINS feitos nos PAs fevereiro e março de 1999, tendo em vista a redução do valor de sua base de cálculo com a determinação que (a) afastou a exigibilidade da contribuição da COFINS calculada sobre as receitas mensais nos moldes da Lei nº 9.718/98, por considerá-la constitucional; (b) autorizou a compensação dos valores pagos em 10.03.1999 e 10.04.1999. A decisão judicial determinou que a base de cálculo da COFINS deveria ser basear no que dispõe a Lei Complementar nº 70, de 1991.

As PER/D COMPs foram transmitidas pela empresa Cimento Sergipe S/A, CNPJ nº 15.612.930/0001-73, que foi sucedida em 30/05/2006 pela empresa Votorantim Cimentos N/NE S/A, CNPJ nº 10.656.452/000180.

A contribuinte instruiu este processo administrativo com os seguintes documentos:

- a) Demonstrativo de cálculo da contribuição para a COFINS, referente ao período de apuração de fevereiro de março de 1999, doc. de fls. 196;
- b) Balancete por Conta, referente aos meses de fevereiro e março de 1999, doc. de fls. 197 a 214;
- c) Certidão nº 62/2005, expedida pela Justiça Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, datada de 14 de julho de 2005, doc. de fls. 215 a 216;
- d) Demonstrativo dos recolhimentos da contribuição para a COFINS, referente aos meses de fevereiro de março de 1999, doc. de fl. 217;
- e) Cópias de DARFs, referente recolhimentos da contribuição para a COFINS, referente aos meses de fevereiro de março de 1999, doc. de fls. 218 a 219.

Por meio dos documentos apresentados pelo interessado, a autoridade administrativa de jurisdição proferiu Despacho Decisório (de 15/10/2008, doc. de fls. 234 a 242) reconheceu créditos a favor do interessado, no valor discriminado no quadro 01 abaixo, e homologou parcialmente as Declarações de Compensações apresentadas, por insuficiência do valor do crédito apurado, decorrente da ação judicial formalizada no processo nº 99.0004873-3.

Quadro 01. -CRÉDITO RECONHECIDO:

Discriminação	PA - fevereiro/99	PA - março/99
COFINS - pagamento a maior	5.270,33	8.717,47

A contribuinte ingressou com manifestação de inconformidade alegando, em síntese do acórdão recorrido que reproduzo pela sua objetividade:

Que houve erro no cálculo e na avaliação da decisão judicial, o que redundou no não reconhecimento completo dos cálculos, bem como não homologando as DCOMP's que relaciona;

- Que ao interessado a medida judicial deferiu não apenas a mudança da base de cálculo, contudo também no tocante à alíquota, voltando o tributo a ser calculado nos termos da Lei Complementar nº 70/91;
- Que para reparar o erro junta planilha onde demonstra as apurações corretas e suas compensações, com a apuração em conformidade com a legislação;

Os julgadores de 1º piso não acolheram as alegações da contribuinte. Entenderam que a decisão judicial transitada em julgado autorizou a compensação para aproveitar os valores pagos indevidamente somente para os períodos de apuração de fevereiro e março de 1999. O acórdão n. 14-48.370 proferida pela 11ª turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto ficou assim ementado:

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

Período de apuração: 01/02/1999 a 31/03/1999

COMPENSAÇÃO. CRÉDITOS DE COFINS. DETERMINAÇÃO JUDICIAL. APURAÇÃO. IMPLEMENTAÇÃO.

Tendo o órgão de origem implementado os cálculos dos valores da COFINS passíveis de compensação com estrita obediência às determinações judiciais, não pode a autoridade julgadora reformulá-los.

A mera apresentação de planilha de cálculo pretendendo a compensação de tributos referente a períodos de apuração não abrangidos pela medida judicial não deve ser acolhida."

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido

A contribuinte ingressou com recurso voluntário por meio do qual repisou os argumentos colacionados em sua manifestação de inconformidade. Destaco que preliminarmente a contribuinte requereu a suspensão da exigibilidade dos valores compensados não homologados enquanto em julgamento este processo administrativo. E que, em seu entendimento, a decisão judicial em comento autorizou o aproveitamento do crédito da COFINS para compensações além daqueles PA's reconhecidos pela autoridade administrativa. Invoca Súmulas 346 e 473. E, ainda, que a declaração de inconstitucionalidade pelo STF do § 1º do art. 3º da Lei n. 9.718, de 1999, a beneficia nos PA's não aceitos pela autoridade administrativa.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Eloy Eros da Silva Nogueira

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 27/03/2016 por ELOY EROS DA SILVA NOGUEIRA, Assinado digitalmente em 29/03/2016 por ROBSON JOSE BAYERL, Assinado digitalmente em 27/03/2016 por ELOY EROS DA SILVA NOGUEIRA
Impresso em 29/03/2016 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Tempestivo e atendidos os demais requisitos de admissibilidade do recurso.

Como primeiro ponto a nossa análise, sob a extensão da decisão judicial no MS n. 99.0004873-3, parece-me que a razão não socorre a contribuinte. A leitura da certidão nº 62/2005, expedida pela Justiça Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, datada de 14 de julho de 2005, doc. de fls. 215 a 216, nos informa que essa ação judicial teve os seguintes objetivos (resumo do acórdão recorrido):

1. A não submissão ao pagamento da COFINS calculada sobre as receitas mensais, nos moldes preconizados pela Lei nº 9.718/98, autorizando as requerentes, a partir dos fatos geradores ocorridos desde abril/99, a pagarem a exação calculada apenas sobre o faturamento, de acordo com a Lei Complementar nº 70/91(sobre as receitas derivadas das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços);
2. Promover a compensação dos valores pagos indevidamente em 10/03/99 e 10/04/99, a título de COFINS calculada sobre a base de calcula alargada, verificadas em fevereiro e março de 1999, compreendendo as receitas mensais não derivadas apenas do faturamento, com os futuros débitos da mesma COFINS até seu esgotamento;
3. Concessão de medida de liminar que as autorize ao não recolhimento da COFINS calculada sobre as receitas não derivadas das vendas de mercadorias, de mercadorias e serviços e de serviços de qualquer natureza, suspendendo-se a exigibilidade do crédito tributário (art. 151, IV, do Código Tributário Nacional).

Ao contrário do que pretende a contribuinte, a decisão judicial ateve-se ao seu pedido originário, autorizando o aproveitamento na forma de compensação dos valores indevidamente pagos somente dos PA's de fevereiro e março de 1999.

Verifico também, ao analisar a fases anteriores do contraditório, que a contribuinte não havia a ele trazido a alegação da constitucionalidade declarada pelo STF para o § 1º do art. 3º da Lei n. 9.718, de 1999, para motivar suas declarações de compensação e contraditar a não homologação das declarações de compensação.

Na verdade, a fundamentação adotada pela contribuinte nas PER DCOMP não homologadas se cingiu à decisão proferida no MS 99.0004873-3.

Assim, parece-me correta a decisão de 1º grau, que se pautou pelos estreitos limites da petição inicial da contribuinte e do que foi trazido ao processo como contraditório.

O ponto seguinte a ser analisado neste julgamento se refere à alegação da contribuinte que a declaração da constitucionalidade pelo STF beneficiaria as PER DCOMP não homologadas.

A Ementa do Acórdão proferido pelo Eg. TRF 5ª Região, consolidado com base no voto vencedor, ficou assim ementado:

EmeNTA Tributário . COFINS . Base de Cálculo alterada pela Lei 9.718/98 . EC 20 /98
Impossibilidade de convalidar legislação anterior.

Impossibilidade da Emenda Constitucional n º 20/ 8 convalíditar a Lei 9.718/98, que extra polo uos limites da norma constitucional em vigor' quando de sua edição.

Incabível o alargamento da base de cálculo da COFINS estabelecida pela Lei 9.718/98 , tendo em vista que sua alteração só poderia ocorrer através de lei complementar.

Expressamente autorizada pelo § 1º do art. 66 da Lei 8.383/91 a compensação de tributos pagos , com outros da mesma espécie .

Apelação provida . Nulidade , em parte , da sentença.

AcÓRdāO

decide a terceira turma do TRF 5ª por unanimidade declarar a nulidade, em parte, da sentença, e por maioria, dar provimento à apelação, nos termos do voto condutor, na form do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos que passam a fazer parte do presente julgado. Recife, 27/03/2001.

Em minha primeira leitura da decisão do MS em questão, ela reconhece a inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo das contribuições sociais e sublinha o direito de compensação com tributo da mesma espécie.

A limitação que nos afigura está na petição originária da contribuinte, que expressamente definiu a sua discussão judicial aos PA's de fevereiro e março de 1999.

Análoga a situação das PED DCOMP não homologadas. Esses pedidos de compensação se fundamentaram na decisão desse mandamus. S.m.j., interpreto que a declaração de inconstitucionalidade proferida pelo STF não pode beneficiar a contribuinte na medida em que ela não a invocou em seus pedidos administrativos.

Conclusão:

Por essas razões, aqui exposta, proponho a este colegiado não seja dado provimento ao recurso voluntário.

Conselheiro Eloy Eros da Silva Nogueira - Relator